

O 'Pathos' Autoritário e as Gangues Militares em Alagoas (1975-2008)

Célia Nonata da Silva

Resumo: Este artigo analisa as práticas autoritárias policiais representadas pelas ações de extermínio e limpeza étnica perpetradas pelas gangues militares no estado de Alagoas na segunda metade do século XX e início do XXI. Assim, compreender a atuação das gangues militares é perceber que elas são os elementos norteadores para o conhecimento de uma profundidade histórica e real da comunidade política alagoana, que se caracteriza por uma cultura política autoritária, e por um '*habitus*' político arcaico. Tais elementos ainda definem a história política do estado, merecendo uma releitura da historiografia política atual.

Palavras-chave: Autoritarismo; militares; extermínio; política; agrário; Alagoas.



O 'Pathos' Autoritário e as Gangues Militares em Alagoas (1975-2008)¹

Célia Nonata da Silva²

1. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Este artigo comporta em si uma dinâmica prenhe de algumas necessidades que tem inquietado vários intelectuais referente a atuação do Estado moderno tanto como instituição pública, burocracia, '*hábitus*', representação de poder, quanto sujeito político. A palestra de Quentin Skinner (2011) argumentou sobre a necessidade de estudos centrados em pesquisas científicas que possibilitem a informação e a emergência de conceitos que norteiem a real face dos Estados democráticos, do Estado e dos usos dos constrangimentos da violência institucionalizada mediante algumas necessidades atuais. Sem dúvida, os estudos sobre o Estado, a natureza política, as elites políticas, as culturas políticas, etc., irão contribuir em muito para uma crítica pontual sobre o contexto político atual e a crise partidária, que envolve os Estados modernos.

Neste intento, a especificidade de nossa análise incide sobre a atuação das gangues militares, enquanto prática autoritária no estado de Alagoas com alcances e discussões capazes de abranger o uso da violência e da dinâmica do terror como recurso político, e que tem se mostrado como um dado importante. Em que pese as atuais

1 O presente artigo é resultado do Projeto de Pesquisa: Conflitos rurais e lideranças católicas em Alagoas: 1975-2005. (Processo nº471341/2011-8) - CNPq.

2 Doutora em História e Culturas Políticas pela UFMG, docente do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, coordenadora do Grupo de Pesquisa: História social do crime - CNPq. Autora do livro: Entre Lobos: Femicídio em Alagoas, Edufal, 2015. Atualmente pesquisa a criminalidade e a violência no estado de Alagoas com ênfase nos grupos de extermínio em Alagoas.

investidas sobre as releituras do Estado, uma análise da dimensão sobre a violência política e militar em Alagoas tem o caráter de contribuir para o conhecimento científico no campo das ciências humanas e, na sua extensão, com a sociedade e o seu tempo.

Mormente, os estudos sobre polícia, conduta policial e segurança pública são recentes no país³. Uma temática que tem se concentrado mais num período histórico da repressão militar, merecendo outros enfoques e questionamentos. Neste sentido, nossa análise perpassa o contexto histórico da transição democrática no país, perfazendo uma problemática do tempo presente. Uma situação contraditória por si só, visto que ao mesmo tempo que falamos no fim das formas ditatoriais militares, em Alagoas presenciamos a continuidade das mesmas estruturas e práticas autoritárias.

Esta permanência enquanto experiência social e política foi analisada neste artigo como um fenômeno social caracterizado como uma '*patologia política autoritária*', decorrente do uso do terror negociado e ou arbitrário das gangues militares da instituição de segurança pública entre 1975 à 2008. Ou seja, trata-se de um '*pathos*' autoritário idiosincrático, que se mantém pelo enfraquecimento do aparato público estatal pelo uso predatório das elites políticas locais.

2. ALAGOAS: ARCAISMO E CAPITALISMO AGRÁRIO

Quando nos referimos ao arcaico alagoano não dispensamos o todo nacional, também forjado neste processo da ocidentalização da América Portuguesa. O termo arcaico é entendido aqui como uma categoria de análise. Um conceito íbero-americano que define a cultura, o modo de viver, as relações sociais e políticas calcadas na

3 BRETAS, M & ROSEMBERG, A. "A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas". In.: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26. 2013. pp: 162-173.

dinâmica de uma herança colonial⁴. Ao longo do tempo, esta herança colonial irá definir o jogo político das elites, o seu comportamento no poder, assim como as feições de um 'capitalismo autoritário-agrário'⁵, que combinou o trabalho escravo e o trabalho livre. Neste sentido, o nordeste, especialmente Alagoas com a economia do açúcar caracterizaram-se por empreender um sistema de produção combinando elementos agrários à dinâmica produtiva do capitalismo incipiente. Assim, neste processo histórico de longa duração as elites agrárias reconciliaram elementos paradoxais num mesmo complexo sistemático produtivo, organizando a seu modo repositórios adaptáveis à dinâmica da acumulação do Capital⁶. Neste sentido, o arcaico como tradição agrária, barroca e ibérica definiu a história e a sociedade brasileira, bem como a América Latina. Uma cultura agrária e, portanto, conservadora avessa e resistente aos processos de transformação social da modernidade e dos alcances democráticos da modernização, mantendo-se no jogo político por procedimentos autoritários e violentos, que marcaram a história política de Alagoas.

O arcaico define não apenas um regionalismo e um provincialismo resistentes ao capitalismo liberal, sendo, pois, uma norma de conduta e de identidade, advindos de uma herança colonial. Mas, o arcaico nordestino, imbuído dos contornos barrocos na formação deste espaço geográfico, distingue-se por alguns elementos peculiares, como uma masculinidade viril exacerbada e

4 HUBER, E. & SAFFORD, F. *Agrarian Structure and Political Power*. Pittsburgh, Pittsburgh Press, 1995.

5 Compartilho aqui do conceito de 'capitalismo autoritário' apresentado por BINSZTOK (1998) e pelas discussões de MOORE JR. sobre um capitalismo singular na América Latina.

6 A esse respeito ver: STERN, Steve. "Feudalism, Capitalism, and the World-System in the perspective of Latin America and the Caribbean". In.: COOPER, F.; ISAACMAN, A. MALLON, F. ROSEBERRY, W. STERN, S. *Confronting Historical Paradigms*. London, 1993. Pp.: 23-83.

um 'espírito rústico', manifestado nos ciclos de vingança e nos usos da justiça privada.

Esta incipiente estrutura social que se formava em Alagoas, no processo de ocidentalização, deve ser analisada sob as suas formas de ocupação territorial, tanto do sertão do São Francisco, com os currais de gado; quanto das zonas açucareiras. Estas duas correntes de povoamento de Alagoas consolidaram as estruturas sociais e políticas, marcando a diferença entre o sertão e o litoral alagoano. E, à medida que os engenhos iam se desenvolvendo,

à proporção que iam aumentando em número, tornava-se necessário aumentar a plantação da matéria prima – a cana de açúcar. A grande maioria dos engenhos se desenvolveu na zona litorânea e na zona da mata; exatamente onde neste século foram instaladas as usinas de açúcar. Por outro lado, na região sanfranciscana aumentava a criação de gado bovino. E os boiadeiros embrenhavam-se pela caatinga, conduzindo seus rebanhos, à procura de outras pastagens.⁷

Podemos perceber pela formação da estrutura latifundiária incipiente que a autoridade nas terras era mantida por força de mando dos fazendeiros. Isto também será identificado nas zonas açucareiras, salvo alguns elementos idiossincráticos.

A conservação desta sociedade provinciana agregou outros valores modernos posteriormente, sem contudo perder a essência de uma tradição regional. Nos estados do Nordeste, de modo específico, em Alagoas percebemos a permanência desta tradição, caracterizada por uma sociedade arcaica e agrária, originada das primeiras povoações trazidas pelos currais de gado, com o vaqueiro e sua forma rústica de viver⁸; bem como dos engenhos, que como

7 ALBUQUERQUE, Isabel L. *Notas sobre a História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1989. P. 42-43.

8 A esse respeito ver: LINDOSO, D. *O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011. Também, VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. São Paulo. Coleção Brasileira, 1933.

unidades produtivas, sistematizou a dinâmica da ocidentalização. Assim, o processo de colonização portuguesa não deve ser entendido unicamente como a implantação de um sistema de *'plantation'*, estabelecendo-se no nordeste brasileiro enquanto empreendimento comercial do monopólio do açúcar, base para a economia capitalista comercial da época. Mas, principalmente por que esta unidade produtiva conservava e expandia as formas identitárias da sociedade alagoana, consolidando as redes de poder local e as relações de dominação, calcadas numa dinâmica de conluíus, capangas e mandonismo que marcam as estruturas políticas ainda hoje.

Tanto os engenhos de açúcar implantados, principalmente, no norte do estado, como as fazendas dos currais de gado que se expandiam pelo sertão do São Francisco foram incipientes núcleos de poder das elites agrárias de raízes europeias em Alagoas⁹. Assim nos relata Diégues Jr. sobre a movimentação dos currais de gado no São Francisco e sua dinâmica econômica:

A expansão povoadora para o interior, feita através dos currais de gado, não foi menos latifundiária, pela razão mesma das terras imprescindíveis à criação de gado. Currais se alastraram pela região sanfranciscana, daí prolongando-se em direção ao Oeste, à região mineira e ao norte. Proprietários havia que desconheciam a extensão de suas terras; propriedades enormes eram as dos Guedes Brito, da Casa da Torre, mesmo as dos S. J. estas nos sertões do Piauí.¹⁰

Um modo de viver rústico, com traços violentos que não foram transformados com a implantação da República e nem com o projeto de civilização e nação, trazidos pela modernidade. Assim, vale ressaltar que este *'habitus'* viril e brutalizado ainda é permanente

9 Ver: DIÉGUES JR. Manuel. *População e açúcar nordeste do Brasil*. Alagoas: Ufal, 2012; SANT'ANA, Moacir. *Contribuição à História do açúcar em Alagoas*. Alagoas: Graciliano Ramos, 2011; COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

10 DIÉGUES JR. *Op. Cit.* P. 89-90.

como elemento de longa duração na cultura de Alagoas, mesmo com as alternâncias de poder político no estado. Com isto,

O exclusivo açucareiro relacionou-se intimamente à população agrária do Nordeste, condicionou as linhas de sua formação, as diretrizes de seu desenvolvimento; condicionou também seu meio de vida, seu padrão social, suas contingências econômicas. Domínio quase absoluto que, desde cedo, sujeitou a população da área açucareira do Nordeste, este implantado pela monocultura da cana.¹¹

As dinâmicas políticas não revelaram nenhum processo de ruptura efetivo com uma cultura política nova, nem tão pouco por políticas públicas diferenciadas. Diégues Jr. (2012) acentua o alto índice de analfabetismo, as condições sociais de vida miseráveis e a fragilidade econômica e o empobrecimento de Alagoas associado à dinâmica do modo de produção açucareiro. Uma economia que se sobrepôs no século XIX por arranjos de poder e interesses locais, determinando um ciclo econômico, bem como suas famílias e sua cultura política de poder e domínio, com intensa ligação ao latifúndio e a monocultura do cultivo da cana-de-açúcar. Este ciclo econômico preponderante manterá uma cultura política arcaica e agrária, perpetuando-se até o século XXI, juntamente com suas famílias tradicionais e o seu jogo político autoritário. A caracterização das elites agrárias açucareiras identifica-se claramente ao cenário formulado por Barrington Moore Jr. (2010), quanto à ausência de estruturas democráticas e projetos de inclusão social.

O latifúndio açucareiro, portanto, caracterizará a formação social, política e econômica de Alagoas, bem como para os outros estados nordestinos em proporções diferenciadas para cada região. Nesta estrutura agrária, o usineiro assume o lugar do senhor de engenho como figura dominante, senhor absoluto em seus domínios

11 Idem, Ibidem. P.: 157.

locais, aplicando a justiça como lhe convém, mantendo seu poder local através das ações de capangas e pistoleiros, pelo uso da tirania política mantida por grupos militares sob seu interesse.

Esta formação social arcaico-tradicional alagoana conformada a uma identidade agrária e provinciana, mantém-se por pesados custos sociais até hoje. E, está perfeitamente delimitada pelo contorno provincianismo de um barroquismo decadente, que faz com que ela tenha aversão cada vez maior ao moderno, ao novo e a mudança. Mantendo-se, pois, arcaica e inerte, a sociedade alagoana tende a se aproximar de um 'estado de natureza hobbesiano'. Ouseja, uma sociedade composta por indivíduos que,

por natureza não são harmoniosos nem políticos, nem tem inclinações sociais. A única maneira de refrear suas intermináveis disputas e fazê-los chegar a um acordo é por meio de pactos. Dado o egoísmo natural dos homens os pactos são construções artificiais, da mesma forma que a comunidade ou o Estado erigido sobre eles.¹²

O contrário é identificado pela atuação de um Estado de Direito e a implementação de políticas públicas auferidas pelo Projeto Civilizador moderno. No mais, o que existe de fato é um conservadorismo justificado no ilusório sentido de regionalismo alagoano, enquanto cultura singular. Entretanto, a real situação é uma sociedade sintetizada em suas relações sociais de dominação por senhores de engenho e usineiros, o trabalho escravo e o trabalhador rural, mantidos por laços estreitos de violência política e desigualdade:

do litoral ao alto sertão, a desigualdade nasce da terra e nela cria raízes. Essa concentração de riquezas tem uma relação diretamente proporcional aos males que enfrenta a maioria dos habitantes da região canavieira. À concentração de terras e de renda corresponde a

12 MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. P.: 61.

concentração de gente que disputa 'migalhas' para viver.
(ALBUQUERQUE, 2009, p. 30)

Esta estrutura de dominação autoritária, mantida ainda pelas famílias tradicionais alagoanas, serve-se do estado, como aves de rapina, tanto na utilização do braço armado da polícia para manter o domínio dos territórios políticos, quanto dos benefícios públicos destinados à sociedade. Tal comportamento político continua sendo eficaz, engendrando formas autoritárias de poder no campo, posto que esse modelo, - senão em todas as suas características, mas em boa parte delas -, ainda é facilmente detectável nas áreas rurais do estado alagoano: nas suas usinas e fazendas.

Este tipo de poder rural, sustentado pelas elites agrárias, avesso ao moderno e a urbanidade, resiste ao capitalismo liberal e as suas mudanças estruturais no poder e na formação da sociedade de classes, mantendo a todo custo uma forma de política de rapinagem. Os custos para a população são imensos e incalculáveis, somando-se a pobreza quase absoluta da população, as formas brutais de alienação pela baixíssima escolaridade e o uso do terror no campo, implementado pelas quadrilhas armadas de políticos locais. Ressalte-se ainda a inexistência de uma economia de mercado, um projeto de industrialização, que sustente uma dinâmica social de classes e suas formas de trabalho. Na manutenção deste projeto arcaico e autoritário, as elites alagoanas tentam resolver o problema social por barganhas políticas feitas com o Senado Federal, através de programas assistencialistas. Neste sentido, Cabral (2005) ao analisar os Planos de Desenvolvimento para o estado de Alagoas revela que:

Os Estados brasileiros, principalmente os mais pobres como Alagoas, sempre dependeram dos recursos federais para a sua sobrevivência e desenvolvimento (...). No caso particular de Alagoas, um Estado caracterizado pela dependência de poucas atividades econômicas, como a cana de açúcar e a pecuária, com uma estrutura fundiária em que predomina até hoje uma forte concentração

de terras nas mãos de poucas famílias, as estratégias de desenvolvimento foram sempre reflexo de projetos nacionais¹³.

Portanto, as elites agrárias alagoanas ao reelaborarem seu jogo de poder autoritário, adverso ao capitalismo liberal e as formas democráticas da modernidade, criam novas teias e redes de condicionamento moral, encarcerando não apenas as estruturas de classes, como a massa de trabalhadores aos espaços de submissão e silêncio. Reduzem as margens de mudanças sociais e culturais capazes de romper com conceito de mundo e de relações sociais tradicionais. Estas formas autoritárias de poder são traduzidas nas cifras dos extermínios de homens e mulheres, dos homicídios não contabilizados pelos órgãos públicos, e pela costumeira prática do pistoleirismo político que ainda ceifam famílias inteiras.

Como foi visto, esta tradição e o valor arcaico que identificam as elites e a sociedade alagoanas como um todo, mantém e conservam os valores tradicionais numa busca pela sobrevivência do regionalismo e do 'localismo', onde as mudanças são vistas como perigosas e funestas para todos. Esta resistência aos processos de mudanças e transformações modernos, que poderiam contribuir para a ruptura de uma conduta e de uma moral rural, é baseada ainda na sobrevivência do barroquismo provinciano. A vigência deste arcaísmo, ou ruralismo, impede que o processo civilizador redefina as relações sociais e as formas de reciprocidade entre os indivíduos, bem como a internalização das Leis e o uso do monopólio legal da violência pelo estado de Direito. No retrocesso destes acontecimentos existe apenas a usurpação do estado e o fortalecimento do poder de mando das elites políticas locais, sustentado por quadrilhas militares e pistoleiros de elite.

13 CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. *Planos de Desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió: Edufal, 2005. P. 23.

Esta dinâmica conservadora e arcaica, mantida pelas elites agrárias, condicionam Alagoas a um espaço atemporal, em que os níveis de expectativas de mudanças se reduzem cada vez mais pela baixa ou nula experiência social de movimentação política ou de contenção, mantidas por um processo de alienação social pela prática arbitrária do terror perpetrada pelas milícias e grupos de extermínio. A conservação deste *ethos* 'arcaico alagoano' reduz o estado e seu aparelho ideológico aos interesses predatórios e usurpadores das elites agrárias, engendrando formas autoritárias no campo e reduzindo os níveis de expectativa de mudança da vida urbana, submetendo a sociedade aos seus vícios privados.

Uma sociedade onde os direitos individuais e a liberdade política foram progressivamente destruídos, sufocados pelo enaltecimento de um regionalismo mantido apenas como propaganda ilusória das elites locais.

Neste viés, o contexto histórico mais nítido e conturbado foi marcado tanto pela circunstância do regime militar que se expandiu para a América Latina, como pelas investidas do Mercado internacional e a crise do petróleo na década de 70, obrigando o setor sucroalcooleiro à produção voltada ao Mercado externo. Nesta medida, os interesses agrários alagoanos mantiveram-se estreitos à criação do PROÁLCOOL criado pelo governo em 1975, proporcionando adaptações necessárias no campo como a concentração do latifúndio na busca por mais das terras de produção do álcool, e a implementação de mecanismos tecnológicos no campo que favorecessem a alta produtividade¹⁴. Neste mesmo tempo, os movimentos sociais no campo expandem-se com propostas de melhorias sociais, agregando trabalhadores rurais descontentes com a situação de vida no espaço rural. A CPT terá uma grande

14 Ver: ALBUQUERQUE, Cícero. Cana, casa e poder. Maceió: Edufal, 2009.

participação nas formas de contenção política no período, motivando a massa de trabalhadores rurais em direção à luta pela posse da terra. Certamente, o espaço de confronto criado entre os interesses do capital e a proposta transformadora das lideranças da CPT criaram uma dinâmica de conflito, que ainda se perpetua no contexto histórico-social do país.

Em Alagoas a criação da CPT na década de 80 promoveu mudanças até então idealizadas pelos trabalhadores rurais. Dado um contexto social de opressão e violência ao longo da estrutura agrária da produção do açúcar, as lideranças leigas e religiosas que se propunham como contenção desta dominação criaram o seu revés nas formas de recrudescimento do regime autoritário. As lideranças irão sentir o peso desta estrutura arcaica com os números de homicídios no campo e as formas de repressálias do poder político pelos braços armados da polícia local, principalmente localizados em Porto Calvo, Campestre e Novo Lino. Estes municípios localizados no Litoral Norte e parte da Mata Norte destacaram-se como pólos de violência no estado durante o período de 1986/93, com ocorrência de inúmeros casos de morte e ameaças aos líderes dos assentamentos, bem como as famílias dos assentados ou acampados pela atuação de pistoleiros e gangues fardadas na região. A exemplo, o caso que ocorreu no município de Porto Calvo, onde aproximadamente 300 famílias que ocuparam uma fazenda, foram vítimas da ação de um grupo de 40 pistoleiros fortemente armados que aterrorizaram durante uma hora os acampados.¹⁵

As interpretações das leis e as determinações do poder judiciário, colocando o direito à propriedade acima do direito à vida, em sua maioria corroboram e sustentam as ações destes grupos, que não hesitam em colocar o aparato público em favor dos grandes

15 Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Fundo: Relatórios da CPT.

proprietários de terras e contra os trabalhadores. A frequência dos crimes cometidos pelos policiais e pelas milícias privadas praticados com a certeza da impunidade em Alagoas, como os ocorridos em Campestre na década de 1990, revelam não apenas uma estrutura de poder agrária forte, bem como uma ausência de análises para os conflitos rurais que ainda permanecem. Entre os casos encontrados em Campestre ocorreu o sepultamento de um trabalhador vivo pela PM local¹⁶, e o caso do trabalhador João José que mesmo depois de três meses morto o corpo permaneceu exposto num matagal sem que nenhuma medida tivesse sido adotada.¹⁷

A utilização da força policial em favor dos interesses do latifúndio é visível também nos cumprimentos dos mandados de reintegração de posse. Foi o que observamos no documento de liminar de reintegração de posse do Engenho Boa Esperança na Usina Santana em Porto Calvo, onde se utilizando de forma da Lei (art. 172) o juiz autoriza a “solicitação da força pública, para promover arrombamento, derrubada e remoção para o depósito público de todos os bens e objetos porventura encontrados nos locais invadidos.”¹⁸ As reintegrações em Alagoas são marcadas ainda pela ação da violência, como destruições de roçados e queima de barracos pela ação da Polícia Militar do estado e do batalhão de choque armados. Também, por uma campanha midiática de criminalização dos movimentos sociais.

A união entre usineiros, elites políticas e a polícia de Alagoas é uma experiência histórica, que tem demonstrado sua longevidade pela permanência das relações de dominação autoritárias mantidas

16 Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Fundo: Relatório sobre a violência contra os trabalhadores rurais de Alagoas - 1993.

17 Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Fundo: Jornais e imprensa alagoana: “Ação de grupos de extermínios” - reportagem do jornal O Diário 19/12/1993

18 Polícia Militar de Alagoas. Centro de Gerenciamento de Crises. Liminar de reintegração de posse - Engenho Boa Esperança/Usina Santana - Porto Calvo - 04/10/2005

por uma estruturapolítica agrária, merecendo uma análise cuidadosa das milícias e dos grupos de extermínio deste braço armado.

2.1 As gangues militares ou a banalização do mal

As origens motivacionais dos grupos de extermínio em Alagoas estão alicerçadas na dinâmica deste ‘capitalismo autoritário’, registradas contundentemente durante a segunda metade do século XX e começo do século XXI, pelos inúmeros crimes efetuados pelas ações de quadrilhas militares, cuja atuação basicamente advinha das facções criminosas conhecidas como a **Gangue Fardada e a Gangue dos Ninjas**. A primeira se tornou uma das maiores organizações criminosas do país sob o comando do Tenente coronel Cavalcante que, aliado à figuras políticas, como João Beltrão, Francisco Tenório, alguns empresários locais, policiais militares e civis, implementou o extermínio de vários trabalhadores rurais e outros indivíduos, recrudescendo a atuação política no estado de Alagoas e aperfeiçoando práticas autoritárias dentro da instituição policial¹⁹.

Um dos braços desta gangue estava no sertão alagoano representado pelo prefeito de Major Isidoro conhecido como ‘Zé Miguel’, considerado o maior articulador de Cavalcante no sertão. O prefeito de Major Isidoro ficaria conhecido por seus crimes de pistolagem, tráfico de armas e envolvimento no crime organizado²⁰. Outra rede criminosa da Gangue Fardada estava na Mata Norte e Litoral alagoano. Podemos perceber que a quadrilha do Cavalcante dividia-se em várias redes criminosas de subgrupos locais sob o seu comando, e que atuavam de maneira articulada em diversos locais do estado de Alagoas, desde o sertão até a Mata Norte, Maceió, Porto Calvo, Pindoba, Paripueira, e outros.

19 Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. C 4.

20 Tribuna de Alagoas, 13 de fevereiro de 1998. P. 10.

A 'Gangue do Bira', era a grande rede de poder do Coronel Cavalcante na Mata Norte, ficando conhecida pelos muitos assassinatos de trabalhadores rurais na região do Novo Lino e Campestre na Mata Norte de Alagoas durante quase dez anos²¹. Entre os policiais envolvidos destacam-se: o ex-Tenentecoronel Manoel Francisco Cavalcante, conhecido como 'Coronel Cavalcante' (líder do grupo), o tenente Silva Filho, o cabo Cicero Felizardo (Cicão), o cabo Everaldo Pimentel, o cabo Daniel de Oliveira, o cabo Gabriel, os soldados militares: Ubirajara José da Silva, conhecido como 'Bira', Nal e Laudenor²².

A gangue do Bira era composta por 21 oficiais militares e civis²³, tais como soldados e cabos, incluindo a participação de alguns militares de Pernambuco. A particularidade deste grupo estava no "*profissionalismo, requintes de perversidade, traições e tantas outras crueldades praticadas*"²⁴ pelos membros da quadrilha de seus crimes cometidos na zona rural de Alagoas: Novo Lino, Campestre, Jundiá, Jacuípe e imediações. Dentre as ações estão listadas: esquartejamento das vítimas, torturas, uso do terror, ameaça, roubos, assaltos e crimes de pistolagem. Decretado a prisão dos membros da gangue, misteriosamente somem de Maceió os militares Felizardo dos Santos (Cicão), Gabriel e Everaldo Pereira. Foragidos por mais de 18 anos reaparecem novamente no cenário de Alagoas depois de presos em São Paulo, capital²⁵. Na proporção de tais crimes o comando da polícia militar de Alagoas foi caracterizado por ser "o principal

21 Arquivo Eclesiástico de Alagoas: CPT de Alagoas – Fundo documental: pasta dos relatórios de atividades, ano: 1993-1996.

22 Tribunal de Justiça de Alagoas. Comarca de Colônia Leopoldina. Processo judicial. Ano: 1998. P.: 93.

23 Tribunal de Justiça de Alagoas. Comarca de Colônia Leopoldina. Processo judicial. Ano: 1998. P.: 93.

24 Idem. P. 42. Ano: 1993.

25 <http://www.alagoas24horas.com.br/781697/pm-da-gangue-fardada-ficara-presos-na-pf/>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

promotor e executor da violência no estado” (MAJELLA, 2006, p. 22) sob a ação das torturas, dos homicídios e do terror praticado pelos policiais militares. Pois, “dos 173 assassinatos registrados pela imprensa alagoana em 1974, primeiro ano do governo Suruagy, pelo menos um quinto resultou do envolvimento de policiais da secretaria de segurança”.²⁶

A ação da Gangue Fardada só iria ter fim com a prisão do Coronel Cavalcante e de seus irmãos o major Adelmo Cavalcante e o soldado Marcos Cavalcante em 1998²⁷. Neste mesmo ano vários cemitérios clandestinos foram descobertos no estado de Alagoas, usados como ‘queima de arquivo’ pela quadrilha²⁸.

Os cemitérios clandestinos que alcançaram maiores repercussões em Alagoas foram localizados em época diferentes e tiveram significados políticos que desencadearam processos de denúncias. O primeiro foi o do Tabuleiro dos Martins, encontrado onde foi construída a fábrica de refrigerantes da coca-cola (Jornal de Alagoas, 02\09\1977. P.08), e os outros (...) na cidade de Pindoba (Gazeta de Alagoas, 22\03\1998). Esses cemitérios, encontrados durante o ano de 1998 eram utilizados pelo grupo de extermínio que ficou conhecido como a Gangue Fardada, por ser majoritariamente composto de policiais militares de várias patentes e policiais civis, inclusive com a participação de um delegado²⁹.

Sobre esta prática rotineira dos policiais militares, a imprensa alagoana noticiou várias ações criminosas da Gangue Fardada durante as décadas de 70 à 80, inclusive a denúncia da ação dos grupos de extermínio e de execuções sumárias realizadas pela

26 Tribuna de Alagoas. Suplemento: Alagoas terra da morte. Maceió, 1982. APUD: MAJELLA, G. *Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio em Alagoas*. Edufal: Maceió, 2006. P.: 58.

27 Jornal Tribuna de Alagoas, 17 de janeiro de 1998. N. 429. P.12.

28 Jornal Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. 12; O Jornal, 28 de fevereiro de 1998. N. 1039. P.: 01.

29 MAJELLA, G. *Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio em Alagoas*. Edufal: Maceió, 2006. P.: 40

orientação do Coronel Cavalcante³⁰. Além disso, atribui-se a Gangue Fardada os mais diversos crimes: assassinato, sequestro, extorsão, assalto a banco, roubo de cargas, entre outros delitos³¹. Contudo, são os 'crimes de encomenda', executados por policiais como forma de repressão a quem tentasse impedir os interesses dos mandantes locais, que mais repercutiram no estado.

O *'habitus'*³² de prática autoritária, aprimorada pelo Coronel Cavalcante, ficaria intato no aparelho militar como experiência histórica recorrente. Um processo de corrupção sistematizado sob a forma de extorções e pagamentos, sustentado em barganhas políticas e cooperação com alguns segmentos do crime organizado. Considerando isso, a estratégia de corrupção predatória do Coronel Cavalcante consolidou na instituição da polícia militar de Alagoas um complexo sistema de práticas autoritárias pelo exercício do poder ilícito e conluíus políticos. A polícia militar de Alagoas nada fez até agora, sobre uma reforma policial em sua instituição desde a prisão do grupo³³. Ou seja, o aparelho policial continua perpetuando uma 'cultura policial'³⁴ autoritária e corrupta. A esse respeito podemos constatar que a prática dos grupos de extermínio sempre se mantiveram no estado. Assim, entre os anos de 2001 a 2002 foram constatadas 02 chacinas no estado de Alagoas, praticadas por gangues de militares, conhecida como a 'Gangue dos Ninjas' de União.

30 Jornal Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. C 12.

31 Jornal Tribuna de Alagoas, 17 de janeiro de 1998. P.12; Jornal 'O Jornal', 15 de janeiro de 1998. N. 1003. P. 08.

32 Ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

33 Sobre reforma policial no país ver o comentário seguinte: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/11/1365771-renato-sergio-de-lima-e-claudio-beato-um-pacto-pela-reforma-da-seguranca-publica.shtml>. Acessado em 25 de outubro de 2015.

34 Sobre Cultura policial: BRETAS, M & ROSEMBERG, A. "A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas". In.: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26. 2013. pp: 162-173.

Em 2001 dois jovens foram mortos pelos 'Ninjas' de União no centro comercial da cidade de União dos Palmares. Em 2002 outros 4 jovens foram executados pela mesma gangue formada por militares, os 'Ninjas de União'³⁵, ou também conhecidos como 'os justiceiros de União'. Esta gangue atuava desde 2001 tanto na cidade de Maceió, na chacina do Conjunto Margarida Procópio, quanto em União, e seus integrantes identificados são: Soldado Eraldo TadeuVieira dos Santos, Soldado Fernando Gomes de Lima Filho, Soldado Sandro Jorge da Silva, Cabo Valdir, Tenente Antônio Batista Neto, entre outros.³⁶Uma característica deste grupo era seu lema de 'limpeza social', qual podemos completar: étnica e racial, visto que eram jovens de periferia, pobres e negros³⁷.

No quadro geral da estatística criminal em Alagoas, as áreas de Maceió, União dos Palmares, Novo Lino, Campestre, Joaquim Gomes e Major Isidoro são consideradas como 'zonas quentes', onde a maioria dos assassinatos foram encomendados contra os trabalhadores rurais e a população pobre do local, jovens e trabalhadores, durante as décadas de 80 e 90. Estas atividades criminosas foram relatadas pela CPT de Alagoas³⁸. Entretanto, a formação da violência no estado não advém apenas de uma realidade sócio- econômica, que caracteriza Alagoas como um dos estados mais pobres do país. Uma pobreza que não é apenas econômica.

A estrutura agrária e a cultura política autoritária ainda vigentes no estado de Alagoas, naturalmente excludentes, fomentam a concentração do desenvolvimento econômico apenas ao âmbito

35 <http://www.melhornoticia.com.br/index/?head=noticia.mht&node=mn55293>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

36 Cf.: Jornal: <http://cadaminuto.com.br>. Data: 26/06/2011. Acessado: 30/10/2014.

37 <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=224559>. Acessado em 21 de outubro de 2015.

38 Arquivo Eclesiástico de Alagoas: CPT de Alagoas – Fundo documental: pasta dos relatórios de atividades, ano: 1993-1996.

do interesse sucro-alcooleiro das 20 famílias usineiras do estado, reduzindo as margens da sobrevivência da população pobre local. Com isto, Alagoas ainda permanece como um dos maiores importadores de alimentos necessários ao seu abastecimento interno, com alto índice de analfabetismo e subnutrição, que caracteriza a população pobre. Ainda,

A combinação de violência política e policial tem sido utilizada pelas elites para conseguir a manutenção do controle do poder político, fragilizando, portanto, as instituições do Estado, quando não subjugando-as a determinações de governos autoritários.³⁹

Neste ambiente, as relações sociais de dominação, expressão do poder das elites locais pela manutenção de uma cultura política autoritária, condiciona Alagoas a um lugar de manifestações extremas e perversas da agência de polícia, reduzindo a instituição policial a um instrumento bruto das elites políticas criminosas. Neste sentido, Alagoas reduz os níveis de mobilização social pela ausência de oposição e dos espaços de contenção política. As gangues militares são partes vitais dessa engenharia de poder sistemática na conservação deste *ethos'* autoritário alagoano'.

3. CONCLUSÃO

O uso de uma violência sistematizada, visível como experiência histórica pela prática do terror, e que pode ser identificada pelas gangues militares estão adequadas à dinâmica de uma estrutura de dominação autoritária, oportunizando o surgimento de 'condutas criminais' no meio militar. Estas gangues militares, portanto, seriam manifestações sociais derivadas da permanência das relações sociais de dominação inseridas na dinâmica da dominação autoritária alagoana, calcada no mandonismo local, na formação de redes

³⁹ MAJELLA, G. *Op.Cit.* p.: 21.

clientelares e na troca de favores entre a política local e os militares (coronéis).

Esta estrutura de poder autoritário ainda permanece numa realidade contemporânea que lhe é completamente favorável no estado. Donde se deduz que as investidas de modernização política para o estado foram superficiais ou ausentes. As gangues militares são, na verdade, o termômetro do vigor de uma dominação por parte das elites agrárias, cuja operacionalidade política autoritária ainda teima em permanecer no mundo contemporâneo.

Neste sentido, a perpetuação desta cultura política autoritária corresponde a um modo de viver, um ideário de mundo conflitante com o novo, que tenta manter tudo ao seu redor num espectro temporal imóvel, impedindo os avanços da transformação social, entendida como empecilho ao seu domínio político. Isto não quer dizer que o estado não foi propício às políticas de modernização realizadas em tempos esparsos. Isto podemos perceber em determinados momentos da história de Alagoas. Porém, os processos de modernização técnica, principalmente identificadas no campo e com projetos da economia usineira não devem ser confundidas com mudanças na estrutura social como um todo.

Neste complexo sistemático de dominação, a propensão de uma sociedade habituada ao uso do terror tende não apenas ao aumento das cifras criminais, o aumento da violência cotidiana e em todos os níveis sociais. Esta banalização da violência cotidiana e o uso do terror institucionalizado propicia não apenas um enfraquecimento do estado, mas consequente enfraquecimento da internalização das Leis por políticas públicas adequadas, capazes de gerar confiança e credibilidade públicas. Isto se revela no trabalho de Majella (2006) quando percebe que o estado enquanto instituição burocrática de Alagoas perde sua função política para servir aos interesses das elites locais, sendo a polícia seu braço criminoso (2006, p.22). E, a

recorrência deste comportamento a total transformação burocrática em espaços de perversidade. Consequentemente, o resultado desta experiência histórica justificaria a presença da banalidade do mal, um '*pathos*' do autoritarismo local. Neste sentido, a legitimidade da prática de terror policial como uso costumeiro justifica-se na conduta arbitrária do estado.

Arendt (1981) argumentou que a sua perda na contemporaneidade justificaria o aparecimento da banalização do mal, uma conduta perversa, refletida no acontecimento histórico do 'mal radical' - um fenômeno burocrático totalitário -, quanto pela coisificação do ser humano na anulação de sua individualidade e espontaneidade⁴⁰. Para além dos contextos histórico-sociais diferenciados, a banalidade do mal proposta por Arendt induz a pensar que a rotinização de práticas e condutas perversas e autoritárias no poder permite não apenas o fracasso do estado enquanto instituição política, mas das formas de sociabilidade possíveis pela permanência do terror, advindo de comportamentos que enaltecem a violência como regra social.

Para além, a banalidade do mal não seria apenas uma apologia dos usos de coerção, mas a constatação que as formas de transgressão e a cadência das ações perversas e arbitrárias na política podem produzir uma mistura de cinismos, conluíus e lealdade, configurada no tecido das instâncias autoritárias, particularmente do aparato militar.

40 SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. FONTES PRIMÁRIAS:

1.1 Fontes impressas: Jornais.

Jornal: <http://cadaminuto.com.br>. Acessado: 30/10/2014.

Arquivo Eclesiástico de Alagoas: CPT: Fundo - Relatórios de atividades da CPT de Alagoas.

Jornal Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. C 4.

Jornal Tribuna de Alagoas, 13 de fevereiro de 1998. P. 10.

Jornal Tribuna de Alagoas, 17 de janeiro de 1998. N. 429. P.12.

Jornal Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. 12; O

Jornal, 28 de fevereiro de 1998. N. 1039. P.: 01.

Gazeta de Alagoas, 23 de julho de 1999. n. 126. Capa.

Jornal Tribuna de Alagoas, 07 de fevereiro de 1998. N. 447. P. C 12.

Jornal Tribuna de Alagoas, 17 de janeiro de 1998. P.12.

Jornal 'O Jornal', 15 de janeiro de 1998. N. 1003. P. 08.

1.2. Fontes jurídicas:

Tribunal de Justiça de Alagoas. Comarca de Colônia Leopoldina. Processo judicial. Ano: 1998.

1.3. Fontes eclesiásticas:

Arquivo eclesiástico de Alagoas. Fundo CPT. Relatórios.

1.4. Fontes policiais:

Polícia Militar de Alagoas. Centro de gerenciamento de Crises. Relatórios sobre os processos de reintegração de posse.

2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Isabel L. *Notas sobre a História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1989.

ALBUQUERQUE, Cícero. *Cana, casa e poder*. Maceió: Edufal, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e destilarias das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1997.

BINSZTOK, Jacob. Capitalismo autoritário e a questão ambiental no Vale do São João. In.: CARNEIRO, M. et.all. *Campo Aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. Pp.: 327-333.

BRETAS, M & ROSEMBERG, "A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas". In.: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 26, 2013, pp: 162-173.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUSHNELL, David. "Relación de Mando." In: *Hispanic American Historical Review*, 1991, v. 71, n.º4, pp.687-695.

CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. *Planos de Desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió: Edufal,2005.

COOPER, Frederick, et all. *Confronting Historical Paradigms*. London, 1993.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

_____. *Maceió*. São Paulo: Catavento, 2001.

DIÉGUES JR. Manuel. *População e açúcar nordeste do Brasil*. Alagoas: Ufal, 2012.

ELIAS, Norbert. *O Projeto Civilizador*. Vol. 01 e 02. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1994.

ELSTER, Jon. "Norms of Revenge." In: *Ethics*. 1990. Pp.: 862-885.

HUBER, E. & SAFFORD, F. *Agrarian Structure and Political Power*. Pittisburgh, Pittisburgh Press, 1995.

LINDOSO, D. *O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso*. Brasília: FundaçãoAstrojildo Pereira, 2011.

SLATTA, Richard W. *Bandidos: the varieties of latin America banditry*. United States of America: Greenwood Press, Inc., 1987. Pp.33-48.

LUPO, Salvatore. *História da Máfia: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Editora UNESP,2002.

MAJELLA, Geraldo. *Execuções sumárias e Grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)*. Maceió: Edufal, 2006.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da Ditadura e da Democracia*. Portugal: Edições 70, 2010.

- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- POBLETE, Patricio Tudela. "Cultura policial y control interno". In.: *Revista Estudios policiales*, Chile, nº 07, 2010, pp: 74-107.
- PUNCH, Maurice. *Police Corruption: deviance, accountability and reform in policing*. British: WillanPublishing, 2009.
- SANT'ANA, Moacir. *Contribuição à História do açúcar em Alagoas*. Alagoas: Graciliano Ramos, 2011.
- SCHROEDER, Michael J. "Horse Thievesto Rebelsto Dogs: Political Gang Violenceand the State in the Western Segovias, Nicaragua, in the Time of Sandino, 1926-1934." In: *Journal Latin American Studies*. N.o 28. Pp.:383-434.
- SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando*. Belo Horizonte: Crisálida: 2007.
- SILVA, Francisco Carlos T. *Camponeses e criadores na formação social da miséria – Porto da Folha o sertão do São Francisco (1820-1920)*. Dissertação de Mestrado. Curso de História. Universidade Federal Fluminense - UFF. 1981.
- SKINNER, Q. *Uma genealogía do estado moderno*. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 2011.
- SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- VASCONCELOS, Ruth. *Cultura da violência em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2014.
- VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. São Paulo: Coleção Brasileira, 1933.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- WALLENSTEIN, I. *World-systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press, 2004.
- WIEVIORKA, M. Violence Today. In.: *Revista de Ciência e Saúde Coletiva*. v.11; n.2. Rio de Janeiro abr./jun. 2006. Pp.:261-267.
- WOLFGANG,V. M. & FERRACUTI,Franco. *La Subcultura de la violencia*. México: Fondo de Cultura Económica,1971

The Authoritarian 'Pathos' and the Military Gangs in Alagoas (1975-2008)

Célia Nonata da Silva

Abstract: This article analyzes the police authoritarian practices represented by the extermination actions and ethnic cleansing perpetrated by the military gangs in the state of Alagoas in the second half of the twentieth century and early twenty-first. Thus, understanding the role of the military gang is to realize that they are the guiding elements to the knowledge of a historical and real depth of Alagoas political community, which is characterized by an authoritarian political culture, and a 'habitus' archaic political. These elements also define the political history of the state, deserving a rereading of the current political historiography.

Keywords: Authoritarianism; military; extermination; politics; agrarian; Alagoas.